

DÍVIDA EXTERNA

Credores acham que só mudar equipe não resolve

A questão é saber se existe vontade política para um programa antiinflacionário

PAULO SOTERO

Angustiado diante da óbvia fragilidade política do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, um integrante de sua equipe tentava vislumbrar o futuro, na semana passada, no congestionado trânsito de Bangcoc. "O ideal era ter o Tasso Jereissati no ministério e o José Serra no Congresso, articulando o apoio ao programa de estabilização", sonhava em voz alta o funcionário, preocupado em não parecer desleal ao chefe. "Se o Marcílio sair, o importante é manter o curso, mesmo porque não há alternativa para o que estamos fazendo."

A consciência de que o ministro da Economia talvez esteja no fim do fôlego, no Palácio do Planalto, não estava ausente das várias manifestações de apoio que Marcílio ouviu de dirigentes de organismos internacionais e de credores oficiais e privados na capital tailandesa, durante a reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

A eventual saída de Marcílio certamente não será bem recebida pela comunidade financeira internacional. A troca do comando econômico sempre abre espaço para mudanças de rumo, e o agravamento da recessão alimenta pressões em favor de uma política de crescimento a qualquer preço, que pode levar a um rápido descarrilamento dos entendimentos sobre a dívida e devolver o País ao isolamento. Mas seria ilusório imaginar que é a permanência ou a saída do atual ministro que ditará a posição da comunidade financeira internacional em relação ao Brasil.

De Michel Camdessus, o diretor-gerente do FMI, a David Mulford, o subsecretário do Tesouro americano, a questão é saber se existe gana política no Executivo e no Legislativo brasileiros para se levar adiante um programa antiinflacionário para valer — com ou sem Marcílio. As declarações simpáticas feitas por Camdessus, em Bangcoc, prevendo o fechamento de um acordo entre o Brasil e o FMI nas próximas semanas, traduzem apenas a disposição do dirigente do Fundo de incentivar o governo a caminhar nessa direção.

No Banco Mundial, o principal fornecedor de créditos ao País, a opinião é francamente negativa. Com-

parando as políticas econômicas dos países latino-americanos, Lawrence Summers, o economista-chefe do Bird, lamentou que não exista no Brasil "a combinação de vontades" necessária para a execução de uma política de ajustamento a sério. A ordem é não atrapalhar Marcílio e, na medida do possível, ajudá-lo, com elogios — mas só elogios — a levar adiante um plano de estabilização. Mas a avaliação do futuro imediato não poderia ser mais crua.

A previsão, no Bird, é que, a despeito dos esforços do ministro e de sua equipe, o País caminhará agora para a hiperinflação. Tendo resistido a um ajustamento negociado da economia, o Brasil terá de arcar, agora, com o o que o ex-diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, chamava de "ajustamento pela via catastrófica". A teoria é que o País, viciado em inflação, estaria às vésperas de experimentar uma penosa overdose, da qual sairia finalmente convencido sobre a necessidade de livrar-se de uma vez por todas dessa perniciosa dependência.

Marcílio aposta que a privatização da Usiminas, esta semana, reverterá expectativas e desencadeará um "ciclo virtuoso" de iniciativas capaz de evitar a via catastrófica do ajustamento. Em poucos dias se saberá quem está com a razão.